



All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.

SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA			
	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

*Postage is to be added when delivered by mail —
Acresce o porte quando remetido pelo correio*

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Notification

GAD/74/63/4976

The following Order no. 32/6/62-Poll (I) passed by the Government of India, Ministry of Home Affairs, dated 24th December, 1962 is hereby reproduced for the information of the general public.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Director of Civil Administration & Ex-Officio Secretary (GAD).

Panjim, 27th February, 1963.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Despacho

GAD/74/63/4976

O despacho n.º 32/6/62-Poll (I), de 24 de Dezembro de 1962, do Ministério do Interior do Governo da Índia, é a seguir reproduzido para o conhecimento público.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

Sripad Anant Nadkarni, Director dos Serviços de Administração Civil e Secretário ex-officio (GAD).

Pangim, 27 de Fevereiro de 1963.

GOVERNMENT OF INDIA

MINISTRY OF HOME AFFAIRS

New Delhi-11, the 24th December, 1962

Order

32/6/62-Poll (I)

In exercise of the powers conferred by clause (b) of sub-section (1) of section 40 of the Defence of India Act, 1962 (51 of 1962), the Central Government hereby directs that the powers conferred on the Central Government by rules 20 and 23 of the Defence of India Rules, 1962, shall also be exercised by the State Governments.

P. K. DAVE

Deputy Secretary to the Government of India.

ORDER

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 read with clause 3 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force

GOVERNO DA ÍNDIA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Nova-Delhi-11, 24 de Dezembro de 1962

Despacho

32/6/62-Poll (I)

No uso das faculdades conferidas pela alínea (b) do parágrafo (1) do artigo 40.º do «Defence of India Act, 1962 (51 cf 1962)», o Governo Central determina que os poderes que lhe são conferidos pelos n.ºs 20 e 23 do «Defence of India Rules, 1962», sejam também exercidos pelos Governos Estaduais.

P. K. DAVE

Secretário Adjunto do Governo da Índia.

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 2.º, conjugado com o artigo 3.º da «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties, Order, 1962» e sem embargo do disposto em

within this territory, I hereby make the following order:

1. — The Water Works Department shall have the right to give water connections to houses, even when the pipeline has to cross a plot of another owner, provided that no other reasonable solution is possible or technically acceptable.

2. — In such cases, where there may be unavoidable interference with existing cultivation or construction, the Water Works Department will notify the landowner to be present at the site in order that an agreement may be reached regarding the most suitable alignment for the pipeline. The Department shall take due consideration of any requests for future deviation of the pipeline in case of any construction or utilization of the plot which is obstructed by the pipeline.

3. — Due precautions shall be taken by the Water Works Department to lay the pipeline at least 1.0 m below the ground level, and not to harm any existing cultivation. In case this is unavoidable, a compensation will be fixed by the Department. However, if no agreement is reached regarding compensation, the matter will be decided by a Committee consisting of one representative of the Water Works Department, one of the Agriculture Department and one of the landowner.

4. — Any difficulties arising about what is stipulated in no. 1 and 2 of the present order, will be solved by the Director of Water Works Department, whose decision in this matter shall be final.

5. — This order shall come into force with immediate effect.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 16th February, 1963.

ORDER

DF-117-FYP-63/4777

Whereas the «Portaria» no. 7575 dated the 23rd July 1959 creating the «Juntas de Freguesia» has been repealed by Section 67 of the Goa, Daman and Diu Village Panchayat Regulation 1962 and whereas it becomes necessary to formally dissolve the said «Juntas de Freguesia» and transfer their assets and liabilities to the respective Village Panchayats constituted by the said Regulation, now therefore in exercise of the powers conferred by the section 64 of the said Village Panchayat Regulation I hereby make the following Order:

1. The «Juntas de Freguesia» instituted by the «Portaria» no. 7575 of the 23rd July 1959 are dissolved.

2. All assets including movable and immovable property and actionable claims, etc. of any «Junta de Freguesia» shall vest in the Village Panchayat having Jurisdiction over the area over which the jurisdiction of the «Junta de Freguesia» extended.

3. All debts and other liabilities lawfully incurred by the «Junta de Freguesia» shall be paid and discharged by the respective Village Panchayats.

4. All powers administrative or otherwise conferred on the Municipality in respect of the «Juntas de Freguesia» shall, notwithstanding clause 2 of

qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. — Os Serviços de Abastecimento de Água terão direito de dar ligação de água aos prédios, ainda que a tubagem tenha de atravessar terrenos particulares, contanto que nenhuma outra solução razoável seja possível ou tecnicamente aceitável.

2. — Nos casos em que a interferência com cultura ou construção existente seja inevitável, os Serviços de Abastecimento de Água deverão notificar o proprietário para comparecer no local a fim de chegar a um acordo sobre o alinhamento mais adequado para a tubagem. Os referidos Serviços deverão tomar em devida consideração qualquer pedido de desvio da tubagem no futuro, no caso de qualquer construção ou utilização do terreno ora obstruído pela tubagem.

3. — Os Serviços de Abastecimento de Água deverão tomar as precauções necessárias para que a montagem se faça pelo menos a um metro de profundidade em relação ao nível do terreno para não prejudicar qualquer cultura existente. No caso de ser isto inevitável os Serviços de Abastecimento de Água deverão fixar uma indemnização. Porém, se não se chegar a um acordo, com respeito à indemnização, o assunto será resolvido por uma comissão constituída de um representante dos Serviços de Abastecimento de Água, um representante dos Serviços de Agricultura e um do proprietário.

4. — Quaisquer dificuldades que surgirem sobre o que se acha estipulado nos n.ºs 1 e 2 desta portaria, serão resolvidas pelo director dos Serviços de Abastecimento de Água, cuja decisão será final.

5. — Esta portaria entra em vigor imediatamente.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 16 de Fevereiro de 1963.

Portaria

DF-117-FYP-63/4777

Atendendo a que a Portaria n.º 7575, de 23 de Julho de 1959, que criou as Juntas de Freguesia, foi revogada pelo artigo 67.º da Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Diu, de 1962;

Reconhecendo-se a necessidade de dissolver, formalmente, as Juntas de Freguesia e de transferir o seu activo e passivo para os respectivos Panchayats Aldeanos, constituídos ao abrigo da citada lei;

Usando das faculdades conferidas pelo artigo 64.º da referida Lei de Panchayats Aldeanos, determino o seguinte:

1. São dissolvidas as Juntas de Freguesia criadas pela Portaria n.º 7575, de 23 de Julho de 1959.

2. O activo, incluindo os bens móveis e imóveis e os títulos exequíveis, etc., de qualquer Junta de Freguesia, ficam transferidos para o Panchayat Aldeano com jurisdição sobre a área abrangida na jurisdição da Junta de Freguesia.

3. Todas as dívidas e demais obrigações contraídas legalmente pela Junta de Freguesia, serão pagas e satisfeitas pelo respectivo Panchayat Aldeano.

4. Todas as atribuições, quer de carácter administrativo quer outras, cometidas às Câmaras Municipais, em relação às Juntas de Freguesia, passarão,

this Order, hereafter vest in and be exercised by the respective Village Panchayats and not by the Municipalities.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 23rd February, 1963.

Notification

40/1/63-Cus.

In exercise of the powers conferred on me under section 4 of the Goa, Daman and Diu Scheduled Goods (Ban on Movement) Regulation, 1963, I hereby order that the following classes of goods shall, with immediate effect, be deemed to be omitted from the Schedule to that Regulation:

- (1) All goods other than those of foreign origin.
- (2) Goods of foreign origin brought into the Union Territory from the rest of India and covered by a certificate of arrival into the Territory issued by a proper officer as defined in the Goa, Daman and Diu Scheduled Goods (Ban on Movement) Rules, 1963.
- (3) Bonafide articles of baggage of a passenger excluding items such as cameras, radios and tape-recorders.
- (4) Bonafide Jewellery in the use of a passenger in keeping with his status.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 28th February, 1963.

ORDER

GAD/74/63/5174

In exercise of the powers conferred by section 8 of the Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962 I hereby order that for the purpose of the Indian Trade Unions Act any reference made to or functions to be exercised by First Class Magistrates or to any other Magistrate shall be construed as reference made to and functions to be exercised by the «Juiz de Comarca» and «Juiz do Julgado Municipal».

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 2nd March, 1963.

ORDER

Sanction is hereby accorded to the regulation of the hindu temple Xri Shantadurga Verlekarina and its affiliates, comprising 16 articles and which, with the respective list of mahajans, is signed by the Director of Civil Administration Services.

By order and in the name of the Lieutenant-Governor of Goa, Daman and Diu.

B. K. Sanyal

Chief Secretary

Panjim, 18th February, 1963.

daqui em diante, não obstante o disposto no artigo 2º desta portaria, a ser exercidas pelas respectivas Panchayats Aldeanas e não pelas Câmaras Municipais.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 23 de Fevereiro de 1963.

Portaria

40/1/63-Cus.

No uso das faculdades conferidas ao abrigo do artigo 4º de «The Goa, Daman and Diu Scheduled Goods (Ban on Movement) Regulation, 1963», determino que as mercadorias de categorias a seguir especificadas considerar-se-ão excluídas, com efeito imediato, da lista anexa a referida lei:

- (1) Todas as mercadorias, exceptuando as que sejam de origem estrangeira.
- (2) Mercadorias de origem estrangeira trazidas para o território da União de outras partes da Índia e obtidas por um certificado de entrada no território, passado por um oficial competente, conforme se acha definido no «The Goa, Daman and Diu Scheduled Goods (Ban on Movement) Rules, 1963».
- (3) Artigos exclusivamente de bagagem de qualquer passageiro, à exceção de artigos tais como máquinas fotográficas, rádios e gravadores.
- (4) Jóias, exclusivamente de uso de qualquer passageiro, conforme com a sua categoria.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 28 de Fevereiro de 1963.

Portaria

GAD/74/63/5174

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 8º de «The Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962», determino que para os fins do «Indian Trade Unions Act», qualquer referência feita aos magistrados de 1.ª classe ou a qualquer outro magistrado e às funções a serem por eles exercidas, será considerada como referência feita ao juiz de comarca e ao juiz do Julgado Municipal e às funções a serem por eles exercidas.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 2 de Março de 1963.

Portaria

É aprovado o compromisso da Devalaia de Xri Xantadurgá Verlencarina e suas filiais, de Marcela, que tem 16 artigos e baixa assinado, com o respectivo catálogo dos mazanes, pelo director dos Serviços de Administração Civil.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dic.

B. K. Sanyal

Secretário-Chefe

Pangim, 18 de Fevereiro de 1963.

Rules and Regulations referred to in the preceding order

CHAPTER I

The Temple and its Mahajans

Article 1. The existence of the Temple of Xri Shantadurga, which was founded by Verlekars Mahajans (Daivadnya Brahmins) four centuries ago, in the village of Marcela, is recognized.

The following deities, which are installed in other small temples, are affiliated to this main temple of Xri Shantadurga:

- a) Xri Rawalnath.
- b) Xri Laxmi Narayan.
- c) Xri Ganapati.
- d) Xri Narayan Dev.
- e) Xri Purusha.

Art. 2. The Mahajan Committee of the said temple is composed of persons which belong to the class «Daivadnya Brahmin Samaj», with Verlekar as their surname, hailing from the Verla village of Parra-Bardez and established in various parts of the country.

Art. 3. The actual Mahajans are those who are indicated in the list appended to this draft and all others Verlekars belonging to the class of the Daivadnya Brahmin, can enroll themselves as Mahajans on payment of a contribution of Rs. 10/- per member.

CHAPTER II

Assets, income and expenditure

Art. 4. The buildings of the temples, the land properties known as «Xir 1.^a adição parte coteiral» (à parte of the hilly property known as Xir) and a «Xir 1.^a adição parte coteiral», both located at Marcela, and registered in the Land Registration Office at Bichclim under the nos. 15 026 and 15 027 L. B. 38-novo respectively and all other things which are mentioned in the inventory-book, are to be considered as assets of the temple.

Art. 5. All income derived from the properties referred to in the previous article either rural or urban, the interest on the invested money, gifts, subscriptions, donations and the fees of cult, as decided by the respective committee, are to be considered as sources of income.

Art. 6. Every Mahajan shall compulsorily pay an yearly subscription of Rs. 2/- which is liable to be collected coercively in cases of non-payment.

Art. 7. The expenses with the maintenance of the cult, the celebration of annual festivals the upkeeps of the buildings of the temples, the taxes paid to the Government, expenses incurred from time to time and unforeseen expenses, shall be considered as items of expenditure.

CHAPTER III

Cults and festivals

Art. 8 There shall be a daily cult of Nandadip, Amritpad, Puja in the main temple as well as in the others.

Art. 9. The principal annual festival is that of Zatra which falls on the 9th day of the first fortnight of the month Margashirsha, and it shall be celebrated by a person to be chosen, or by his substitute.

§ 1. The selection of the person and of his substitute, for the celebration of festivals during the subsequent year, shall be made by drawing lots in the meeting referred to in the article 15.

Compromisso a que se refere a Portaria que antecede

CAPÍTULO I

Da Devalaia e seus mazanes

Artigo 1.^o Na aldeia Marcela, é reconhecida a existência da Devalaia de Xri Xantadurgá Verlencarina, fundada pelos mazanes Verlencares (Daivadnia Brahmana) há quatro séculos.

§ único. São filiais à dita Devalaia principal de Xri Xantadurgá Verlencarina as seguintes divindades, que se acham instaladas em outras pequenas Devalaias:

- a) Xri Ravalnata;
- b) Xri Laxmi Naraina;
- c) Xri Goncpeti;
- d) Xri Naraina Dev; e
- e) Xri Puruxa.

Art. 2.^o A mazania da dita Devalaia é composta dos indivíduos da classe «Daivadnia Brahman Samaj», de apelidos Verlencares, criados da aldeia Verlá de Parrá, de Bardês, e estabelecidos em diversas partes.

Art. 3.^o Os actuais mazanes são os que constam do catálogo anexo ao presente compromisso, podendo os outros Verlencares da classe Daivadnia Brahman inscrever-se como mazanes, mediante a contribuição de Rps. 10/-.

CAPÍTULO II

Do fundo, receita e despesa

Art. 4.^o Constituem o fundo da Devalaia os edifícios das Devalaias e prédios Xir, 1.^a adição parte coteiral, e Xir 1.^a adição parte coteiral, sitos em Marcela, descritos na Conservatória do Registo Predial de Bichclim, respectivamente, sob os n.^{os} 15 026 e 15 027, ambos do L. B. 38, novo, e outros relacionados no livro fundo ou inventário.

Art. 5.^o Constituem receita da Devalaia os rendimentos dos prédios designados no artigo anterior e dos urbanos neles existentes, juros dos capitais que forem mutuados, oblatas, fintas, donativos e taxas de culto, estabelecidas pela respectiva comissão.

Art. 6.^o Cada mazane, obrigatoriamente, pagará a fina anual de Rps. 2/-, sob pena de se cobrar coercivamente.

Art. 7.^o A despesa consiste na manutenção de culto, celebração de festividades anuais, conservação de edifícios das Devalaias, derrama, eventuais, etc.

CAPÍTULO III

De culto e festividades

Art. 8.^o Haverá culto diário de Nandadip, Amrutan, Pujá, tanto na Devalaia principal como nas suas filiais.

Art. 9.^o A principal festividade anual é de Zatrá que recaiu no 9.^o dia da 1.^a quinzena do mês de Margashirsh, e será celebrada pelo mordomo que for escolhido e, na sua falta, pelo seu suplente.

§ 1.^o Na sessão referida no artigo 15.^o serão escolhidos, mediante sorteio, o mordomo e suplente, para o ano imediato.

§ 2. The person chosen and his substitute shall, compulsorily, execute the undermentioned acts, during the Zatra festivals:

a) On the eve of Zatra — (8th day) — Purana, Procession of Palakhis, Abhisek, Naivedya and Samadarshana founded by Amrutrau Shankar Verlenkar of Margāc, by receiving, for this purpose, a sum of Rs. 50/-;

b) On the Zatra day — (9th day) — The acts mentioned in a) at the expense of the chosen person.

c) On the day following that of Zatra — (10th day) — The acts mentioned in a) instituted by Shambu Vassudeo Verlenkar, of Mapuça, in memory of his late mother Gangabai Vassudeo Verlenkar, by receiving for this purpose a sum of Rs. 40/-.

Art. 10. The person chosen may desist from celebrating the festival of Zatra, in case he expresses such a wish at least three months before the said festival and pays a fine of Rs. 25/- to the Administrative Committee.

§ 1. His substitute, too, may desist, if he expresses his wish two months before and pays a fine of Rs. 20/-.

§ 2. In case the person chosen or his substitute desists, the Administrative Committee shall be entrusted with the celebration of the Zatra festival and also with the execution of all the acts referred to in a) to c) of article 9.

CHAPTER IV

Staff and wages

Art. 11. The ceremonies of puja and others shall be performed by the Pujari Bhatt.

Art. 12. There shall be a woman servant, belonging to the Devadasi class, in-charge of cleanliness.

Art. 13. There shall be a pujari Bhagat, in the temple of Xri Rawalnath, appointed by the Committee or the Administrative Board of the temple.

§ 1. The duties of the Pujari are as follows:

a) To perform daily puja in the morning upto 1 p. m. as well as to light the lamps before the deity;

b) To keep the lamps of the sanctuary permanently lit and to look after its cleanliness;

c) To offer naivedya to the deity;

d) The duties of the Bhagat, are to offer naivedya, to perform puja, to light the lamps before the deity of Xri Rawalnath and to keep the sanctuary clean.

§ 2. The pujari Bhat will receive an yearly remuneration of Rs. 240/-, the Devadassi, Rs. 20/- and the Bhagat pujari is entitled to receive 80% of the fees which are collected for oracles, and the balance shall revert to the treasury of the Temple.

CHAPTER V

General

Art. 14. The Mahajans are subject to the rules and regulation in force and to those that may be promulgated in the future.

Art. 15. There shall be a special session of the Mahajans independently of any previous notice for convening it on the day following that of the yearly Zatra festivals (10th day of Margashirsha) at 10 a. m.

Art. 16. The charges of the cult are as follows:

a) For every Avartana	Rs. 0-36 n. p.
b) Do Abhishek	Rs. 0-50 n. p.
c) Do Laghurudra	Rs. 7-00 n. p.
d) Do Maharudra	Rs. 70-00 n. p.

§ 2.º Ao mordomo cu o suplente referido neste artigo compete, na ocasião de Zatrá, executar, obrigatoriamente, os seguintes actos:

a) Na véspera de Zatrá (8.º dia) Purana, procissão de Palanquim, Abhixeca, Naivedia e Samaradana, instituídos por Amrutrau Xencora Verlencar, de Margāc, recebendo, para tanto, a importância de Rps. 50/-;

b) No dia de Zatrá (9.º dia) os actos referidos na alínea a), por conta dele mordomo;

c) No dia imediato ao de Zatrá (10.º dia) os actos referidos na alínea a), instituídos por Xembú Vassudeva Verlencar, de Mapuça, para perpetuar a memória da sua mãe, Gangabai Vassudeva Verlencar, recebendo, para tanto, a importância de Rps. 40/-.

Art. 10.º O mordomo pode desistir de celebrar a festividade de Zatrá quando ele manifeste esta vontade pelo menos três meses antes e se sujeite à penalidade do pagamento de Rps. 25/-, à comissão administrativa.

§ 1.º Pode haver também a desistência do suplente quando seja com a antecedência de dois meses e pague igualmente a importância de Rps. 20/-.

§ 2.º Na hipótese da desistência tanto do mordomo como do suplente, a comissão administrativa ficará incumbida de celebrar a festividade de Zatrá e também de executar todos os actos referidos nas alíneas a) até c) do artigo 9.º

CAPÍTULO IV

Dos servidores e salários

Art. 11.º As cerimónias de Pujá e outros serão praticados pelo Boto pujari.

Art. 12.º Haverá uma bavina que praticará o serviço da limpeza inerente a seu cargo.

Art. 13.º Haverá também pujari Bogoto para a Devalaia de Xri Ravalnata, indicado pela comissão ou mesa administrativa da Devalaia.

§ 1.º São obrigações do pujari:

a) Fazer pujá diário pela manhã até 13 horas, como também acender luzes perante a Divindade;

b) Conservar permanentemente acesas as luzes do santuário e limpeza deste;

c) Fazer naivedya à Divindade;

d) O Bogoto fará pujá, naivedya, acender luzes perante a Divindade de Xri Rovolnata, e como também limpeza do Santuário deste.

§ 2.º Por esse serviço o Boto pujari terá salário anual de Rps. 240/-, a bavina o de Rps. 20/- e o servidor Bogoto receberá 80 por cento de taxa pelos cráculos, revertendo o restante a favor do cofre da Devalaia.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Art. 14.º A mazania sujeita-se às leis e regulamentos em vigor e aos que de futuro forem promulgados.

Art. 15.º Haverá uma sessão especial da mazania, independentemente de qualquer aviso convocatório, no dia imediato ao de Zatrá anual (10.º dia de Margashirsha), pelas 10 horas.

Art. 16.º São seguintes as taxas do culto:

a) Por cada Avartana — 36 n. p.;
b) Por cada Abhixeca — 50 n. p.;
c) Por cada Lagurudra — Rps. 7/-;
d) Por cada Maharudra — Rps. 70/-;

e) For each oracle to deity of
Xri Rawalnath is Rs. 0-50 n. p.
f) For every Ecadashni Rs. 0-75 n. p.
g) Do Abhishek naivedya Rs. 2-00 n. p.

List of the names of Mahajans

- 1 — Xembu Vassudeva Verlencar, from Mapuça.
- 2 — Amrutrao Xencora Verlencar, from Margão.
- 3 — Vassudeva Xembu Verlencar, from Mapuça.
- 4 — Ganaxama Xencora Verlencar, from Panjim.
- 5 — Venctexa Pundolica Verlencar, from Parra.
- 6 — Tucarama Ganexa Verlencar, from Mapuça.
- 7 — Sciru Madeva Verlencar, from Sangoldá.
- 8 — Govinda Rama Verlencar, from Saligão.
- 9 — Porisrama Loximona Verlencar, from Santa Cruz.
- 10 — Dina Sciru Verlencar, from Sangoldá.
- 11 — Atmarama Esvonta Verlencar, from Piedade.
- 12 — Madussudan Sciru Verlencar, from Sangoldá.
- 13 — Vinaeca Loxximona Verlencar, from Santa Cruz.
- 14 — Crisna Loxximona Verlencar, from Santa Cruz.
- 15 — Vassanta Xamba Verlencar, from Santa Cruz.
- 16 — Xexicanta Porisrama Verlencar, from Santa Cruz.
- 17 — Vassantarao Ganaxama Verlencar, from Panjim.
- 18 — Mchanrau Ganaxama Verlencar, from Panjim.
- 19 — Motirac Ganaxama Verlencar, from Panjim.
- 20 — Xencora Ganaxama Verlencar, from Panjim.
- 21 — Sricanta Xembu Verlencar, from Mapuça.
- 22 — Vinaeca Panduronga Verlencar, from Colvale.
- 23 — Ponderinata Amrutrao Verlencar, from Margão.
- 24 — Camalacar Crisna Verlencar, from Margão.
- 25 — Xencora Ananta Verlencar, from Margão.
- 26 — Roulu Ananta Verlencar, from Margão.
- 27 — Zcivonta Ramachondra Verlencar, from Margão.
- 28 — Vcmu Balcrisna Verlencar, from Curtirim.
- 29 — Ananta Ramachondra Verlencar, from Assonora.
- 30 — Esvonta Ananta Verlencar, from Assonora.
- 31 — Panduronga Damcdora Verlencar, from Sanvordem.
- 32 — Vencatexa Balchondra Verlencar, from Mapuça.
- 33 — Madeva Crisnanata Verlencar, from Ucassaim.
- 34 — Ananta Fendu Verlencar, de Candolim.
- 35 — Porisrama Fendu Verlencar, from Candolim.
- 36 — Roguvira Fendu Verlencar, from Candolim.
- 37 — Atmarama Vitola Verlencar, from Candolim.
- 38 — Mahadeva Vassudeva Verlencar, from Candolim.
- 39 — Pundolica Xanum Verlencar, from Parra.
- 40 — Manchar Tucarama Verlencar, from Mapuça.
- 41 — Vamona Crisna Verlencar, from Parra.
- 42 — Xantarama Narana Verlencar, from Pilerne.
- 43 — Ramanata Panduronga Verlencar, from Colvale.
- 44 — Gonpota Pendri Verlencar, from Guirim of Salcete.
- 45 — Sharaschandra Crisna Verlencar, from Margão.

Directorate of Civil Administration Services, at Panjim, 18th February, 1963.—The Director, Sri pad Anant Nadkarni.

e) Pcr cada oráculo à Divindade de Ravalnata — 50 n. p.;
f) Pcr cada Ecadashni — 75 n. p.;
g) Pcr cada Abhixeca Naivedya — Rps. 2/-.

Catálogo de Mazanes

- 1 — Xembú Vassudeva Verlencar, de Mapuçá.
- 2 — Amrutrao Xencora Verlencar, de Margão.
- 3 — Vassudeva Xembú Verlencar, de Mapuçá.
- 4 — Ganaxama Xencora Verlencar, de Pangim.
- 5 — Venctexa Pundolica Verlencar, de Parrá.
- 6 — Tucarama Ganexa Verlencar, de Mapuçá.
- 7 — Scirú Madeva Verlencar, de Sangoldá.
- 8 — Govinda Ramā Verlencar, de Saligão.
- 9 — Porisrama Loximona Verlencar, de Santa Cruz.
- 10 — Diná Scirú Verlencar, de Sangoldá.
- 11 — Atmarama Esvonta Verlencar, de Piedade.
- 12 — Madussudan Scirú Verlencar, de Sangoldá.
- 13 — Vinaeca Loxximona Verlencar, de Santa Cruz.
- 14 — Crisna Loxximona Verlencar, de Santa Cruz.
- 15 — Vassanta Xambá Verlencar, de Santa Cruz.
- 16 — Xexicanta Pcrisrama Verlencar, de Santa Cruz.
- 17 — Vassantarao Ganaxama Verlencar, de Pangim.
- 18 — Mchanrau Ganaxama Verlencar, de Pangim.
- 19 — Motirac Ganaxama Verlencar, de Pangim.
- 20 — Xencora Ganaxama Verlencar, de Pangim.
- 21 — Sricanta Xembú Verlencar, de Mapuçá.
- 22 — Vinaeca Panduronga Verlencar, de Colvale.
- 23 — Ponderinata Amrutrao Verlencar, de Margão.
- 24 — Camalacar Crisna Verlencar, de Margão.
- 25 — Xencora Ananta Verlencar, de Margão.
- 26 — Roulú Ananta Verlencar, de Margão.
- 27 — Zcivonta Ramachondra Verlencar, de Margão.
- 28 — Vcmú Balcrisna Verlencar, de Curtirim.
- 29 — Ananta Ramachondra Verlencar, de Assonorá.
- 30 — Esvonta Ananta Verlencar, de Assonorá.
- 31 — Pandurenga Damcdora Verlencar, de Sanvordém.
- 32 — Vencatexa Balchondra Verlencar, de Mapuçá.
- 33 — Madeva Crisnanata Verlencar, de Ucassaim.
- 34 — Ananta Fendú Verlencar, de Candolim.
- 35 — Porisrama Fendú Verlencar, de Candolim.
- 36 — Roguvira Fendú Verlencar, de Candolim.
- 37 — Atmarama Vitola Verlencar, de Candolim.
- 38 — Mahadeva Vassudeva Verlencar, de Candolim.
- 39 — Pundolica Xanum Verlencar, de Parrá.
- 40 — Manchar Tucarama Verlencar, de Mapuçá.
- 41 — Vamona Crisna Verlencar, de Parrá.
- 42 — Xantarama Narana Verlencar, de Pilerne.
- 43 — Ramanata Panduronga Verlencar, de Colvale.
- 44 — Gonpota Pendri Verlencar, de Guirim de Salsete.
- 45 — Sharaschandra Crisna Verlencar, de Margão.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Goa, 18 de Fevereiro de 1963.—O Director, Sri pad Anant Nadkarni.